
GELL, Alfred. *A antropologia do tempo: construções culturais de mapas e imagens temporais*. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2014. 327 p.

*Lucas Graeff**

Centro Universitário La Salle - Canoas/RS – Brasil

O interesse em ler o livro de Alfred Gell sobre o tempo sustenta-se em pelo menos dois motivos. Primeiro, para conhecer melhor o autor de *Art and agency* (Gell, 1998). Apenas na aparência as problematizações e proposições de Gell sobre o tempo não se relacionam com estudiosos da antropologia ou da história da arte: em verdade, as convicções kantianas, cognitivistas e fenomenológicas do autor revelam-se em uma nova dimensão nesta obra – convicções que, como se sabe, são fundamentais na apresentação das ideias do autor sobre estética e arte, bem como na sua formulação do conhecido conceito de “agência” (Alves, 2008). Um segundo motivo de interesse é a qualidade intrínseca da obra: as suas mais de 300 páginas trazem sistematizações e formulações originais sobre a categoria e o conceito de tempo, apoiadas em leituras de diferentes filiações teóricas.

A tese de Alfred Gell consiste em considerar o tempo como uma categoria de entendimento do mundo objetivo ou real (ao qual o aparato cognitivo humano não tem acesso imediato), operando de forma lógica e necessária. Nesse sentido, Alfred Gell é um kantiano. Entretanto, sua tese inclui uma bifurcação. Enquanto categoria, o tempo opera em duas séries: uma delas relevando o fluxo de experiência e, a outra, a localização de eventos – que Gell também denomina “uma visão do tempo semelhante ao espaço” (p. 144). Essas duas séries são detalhadas nos capítulos 16, 17 e 18 do livro, mas se fazem presentes ao longo de toda a obra.

A assunção de uma posição filosófica sobre o tempo talvez explique o aparente desinteresse acadêmico sobre o livro de Gell quando de sua publicação, em 1992. Ainda mais quando se considera a divisão do livro em três

* Contato: lucasgraeff@gmail.com

partes, a primeira das quais dedicada a demonstrar que “os antropólogos são insuficientemente críticos quando se trata de escrever sobre o tempo [...] porque, de qualquer forma, eles realmente não têm ideias filosóficas muito claras sobre esse tópico” (p. 144). Vale lembrar, porém, que o polemismo é uma das marcas do autor. Como sugere Alan Macfarlane (2003, p. 136, tradução minha), Alfred Gell adorava preparar seminários onde propostas contraintuitivas “faziam com que as pessoas se sentassem e escutassem”. Esse mesmo estilo de preparação encontra-se em muitos de seus textos, como é o caso de *Art and agency* e *The anthropology of time*.

A fim de sustentar o quão inaptos são os antropólogos no que se refere ao tratamento de um tema metafísico como o tempo, Alfred Gell seleciona cinco autores clássicos das ciências sociais: Durkheim, Evans-Pritchard, Lévi-Strauss, Leach e Geertz. Sucessivamente e ao longo dos dez primeiros capítulos do livro, Gell rejeita a tese fundamental da sociologia durkheimiana de que as categorias de entendimento (tempo, espaço, causa) são representações coletivas. Para o autor, as variações na cognição do tempo atribuídas a diferentes culturas e sociedades revela mais o preconceito dos antropólogos do que estruturas cognitivas profundas. E, como ele mesmo sugere, “a sociologia foi indevidamente enaltecida como fonte independente de verdade filosófica e, ao mesmo tempo, ameaçou substituir a única disciplina intelectual capaz de conter o fluxo resultante de afirmações paradoxais e confusas, ou seja, a própria filosofia” (p. 22).

À guisa de exemplo, o capítulo 9 do livro retoma o ensaio de Maurice Bloch (1977) intitulado *The past and the present in the present*, que ataca abertamente o relativismo cultural que guia as análises clássicas de Clifford Geertz sobre tempo e pessoa em Bali. Maurice Bloch é um pesquisador franco-britânico que colaborou durante muitos anos com Alfred Gell, em particular neste livro sobre a antropologia do tempo. No referido ensaio, Bloch sustenta que o relativismo cultural é uma posição que induz a erros e, no caso dos estudos de Geertz, à confusão entre ideologia e cognição. Na mesma linha de pensamento de Alfred Gell, Bloch defende o caráter imperativo da categoria tempo, enquanto acusa Geertz de legitimar as relações de poder em Bali. Alfred Gell, por sua vez, busca uma conciliação. Segundo ele,

o ponto fraco na abordagem de Geertz não é que ele esteja impondo uma teoria positiva da relatividade cultural (cognitiva), e sim que seu sistema de referência

exclusivamente cultural/interpretativo permite que ele evite a questão de por que, de todas as possíveis representações culturais, essas representações específicas deveriam prosperar em Bali. (p. 84).

Ao longo da segunda metade da obra, Alfred Gell passa a organizar um marco teórico próprio para o estudo antropológico do tempo. Recorre sucessivamente a estudos sobre psicologia do desenvolvimento, linguística, fenomenologia, economia e geografia. Há uma pretensão universalista marcada no projeto de Alfred Gell, que organiza sua proposta em série A e série B na esteira das propostas dos filósofos Richard Gale e John McTaggart. *Grosso modo*, a primeira “série” corresponde à experiência fenomenológica do tempo; a segunda, à experiência cognitiva e categórica, que estabelece eventos – ou “datas”, de acordo com a nomenclatura do autor. São essas duas séries que permitem, segundo o autor, um estudo comparativo rigoroso das formas pelas quais as sociedades humanas organizam mapas e representações temporais.

Uma menção necessária a respeito do livro de Alfred Gell refere-se ao uso das fontes. Retomando a observação crítica feita por Caleb Farias Alves (2008, p. 316) a respeito da obra *Art and agency*, do mesmo autor: “Gell praticamente não cita muitos dos grandes autores da antropologia, e, evidentemente, uma obra que passa ao largo da história da área na qual se insere contém inconsistências.” No caso de *A antropologia do tempo*, Gell silencia frente a obras seminais sobre o tempo, como *Time and the other*, de Johannes Fabian (1983), *L'ordre du temps*, de Krzysztof Pomian (1984), *Über die Zeit*, de Norbert Elias (1984) ou *Chronotypes: the construction of time*, uma excelente coletânea editada por John Bender e David Wellbery (1991).

A falta de diálogo com esses trabalhos não enfraquece, porém, a força da obra. O marco epistemológico definido por Gell para a antropologia do tempo é uma declaração de princípios. Ao delinear análises em diversas temáticas das ciências humanas e sociais através das séries A e B, alicerçando-as como fundamento para as diferentes representações temporais, abre-se um leque de mapeamento das experiências de tempo em diferentes situações de interação social. Esse leque não encerra todas as experiências possíveis, nem inviabiliza uma compreensão das interações sociais para além de bases cognitivistas ou evolucionistas. Ao contrário: contribui para um desenvolvimento da prática antropológica em diálogo com outras ciências humanas e sociais.

Referências

ALVES, C. F. A agência de Gell na antropologia da arte. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 315-338, 2008.

BENDER, J.; WELLBERY, D. (Ed.). *Chronotypes: the construction of time*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

BLOCH, M. The past and the present in the present. *Man*, London, v. 12, n. 2, p. 278-292, 1977.

ELIAS, N. *Über die Zeit: Arbeiten zur Wissenssoziologie II*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

FABIAN, J. *Time and the Other: how anthropology. makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.

GELL, A. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon, 1998.

MACFARLANE, A. Alfred Gell (1945-1997). In: PROCEEDINGS of the British Academy: volume 120: biographical memoirs of fellows, II. London: British Academy, 2003. p. 123-147.

POMIAN, K. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.